

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO

CONCURSO PÚBLICO 01/2004

ETAPA N. 01

JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

MARÇO DE 2005

ORIENTAÇÕES GERAIS

1. Esta prova contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, numeradas de 51 a 100.
2. Confira se o seu caderno está completo.
3. Não perca tempo em questões cujas respostas lhe pareçam difíceis. Volte a elas se lhe sobrar tempo.
4. Esta prova terá o máximo de 04 (quatro) horas de duração, incluído o tempo destinado a transcrever as suas respostas. Controle o tempo! Só será permitida a saída do candidato após o decurso de 1 hora do início da prova.
5. A correta compreensão das questões é parte integrante da prova. Leia com bastante atenção os enunciados.
6. A folha de respostas não poderá ser rasurada, devendo ser marcada uma única opção para cada questão, sob pena de a resposta ser considerada errada.
7. Não é permitida a consulta a quaisquer textos.
8. Usar apenas caneta de tinta azul ou preta.
9. O porte ou uso de telefone celular ou qualquer aparelho eletrônico durante a realização das provas é terminantemente vedado, inclusive a sua colocação sobre a mesa do candidato, devendo o aparelho ser desligado antes do início das provas.
10. Qualquer identificação ou sinal que identifique o candidato fora do impresso próprio destinado a tal fim na folha de respostas implicará na nulidade da prova.
11. Ao concluir a prova, o candidato deverá entregar apenas a folha de respostas ao fiscal da sala.

BOA SORTE!

238
AC

QUESTÕES DA PROVA

51) Tendo em vista os Enunciados da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que:

- a) A contratação de servidor público sem prévia aprovação em concurso público, após a Constituição da República/1988 é nula, mas o empregado faz jus a todos os direitos trabalhistas assegurados pela legislação, porque a nulidade a ser declarada opera efeitos apenas "ex nunc" e, sobretudo, porque o Estado pode responsabilizar a autoridade responsável, nos termos previstos pelo parágrafo 2º. do art. 37 da Constituição da República.
- b) A despeito de ser nula a contratação de servidor público, sem prévia aprovação em concurso público, é-lhe assegurado o pagamento da contraprestação pactuada, na qual se incluem os duodécimos de férias e 13º. salário, mas não o FGTS, que diz respeito a fundo de garantia do tempo de serviço, e referido trabalhador não tem qualquer garantia no serviço.
- c) A contratação de empregado sem prévia aprovação em concurso público, após a Constituição da República/1988 é nula, mas o empregado faz jus ao pagamento do salário pactuado, com base nas horas trabalhadas, respeitado o salário mínimo, mas não tem direito a férias, 13º. salário ou fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.
- d) A contratação de servidor público sem prévia aprovação em concurso público, após a Constituição da República/1988 é nula, mas o empregado faz jus ao pagamento do valor referente aos depósitos do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS, bem como à contraprestação pactuada, em relação às horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo.
- e) O servidor público, admitido após a vigência da Constituição da República de 1988, sem prévia aprovação em concurso público não tem qualquer direito, justamente por ser nulo o contrato celebrado, sendo esta nulidade "ex tunc", nos termos do parágrafo 2º. do art. 37 da mesma Constituição.

52) Após atenta leitura das assertivas apresentadas, assinale a resposta que estiver de acordo com as opções abaixo, observando o que consta dos Enunciados da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho:

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se nenhuma das afirmativas for verdadeira.

I – Quando se fala de trabalho prestado mediante terceirização de serviços é correto afirmar que é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo de emprego diretamente com o tomador de serviços, salvo quanto a serviços de vigilância, conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta, bem como na hipótese de trabalho temporário, neste caso podendo haver a pessoalidade e a subordinação direta ao tomador de serviços.

II – A prestação de serviços a mais de uma empresa, do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, permite concluir pela caracterização da coexistência de mais de um contrato de trabalho.

III – As diárias de viagem que excedam a 50% (cinquenta por cento) do salário do empregado, integram o salário, exatamente pelo valor que exceder o percentual apontado.

IV – As horas extras habitualmente trabalhadas repercutem na remuneração do repouso semanal remunerado e, como tal, também na remuneração do sábado do bancário.

V – O registro no recibo de pagamento do caráter de liberalidade no pagamento de certa gratificação é suficiente para afastar a alegação de ajuste tácito.

53) A respeito das normas constantes na Consolidação das Leis do Trabalho, acerca da alteração do contrato de trabalho, observando o que consta dos Enunciados da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho, não se pode afirmar que:

- a) É lícita a transferência de um empregado quando ocorrer a extinção do estabelecimento em que trabalhar, mesmo sem a sua anuência.
- b) Partindo do que consta do art. 468 da Consolidação das Leis do Trabalho, no que tange à ilicitude de toda alteração contratual, ainda que por mútuo consentimento, desde que resulte, direta ou indiretamente, prejuízos para o empregado, pode-se concluir que é vedado ao empregador transferir o empregado para localidade diversa daquela em que foi contratado, ainda que com a sua anuência.
- c) Não é considerada alteração unilateral a determinação do empregador para que certo empregado volte a exercer cargo efetivo, antes ocupado, deixando o exercício da função de confiança, ainda que haja discordância do empregado.
- d) Empregados que exercem cargo de confiança, bem como aqueles cujos contratos trazem como condição a transferência, ainda que de forma implícita, podem ser transferidos por comando do empregador, desde que referida transferência decorra de real necessidade de serviço, sendo desnecessária a aquiescência do trabalhador.
- e) A prescrição incidente é total, quando a demanda envolver pedido de prestações sucessivas decorrentes de alteração do pactuado, o que só não prevalece quando o direito à parcela estiver também assegurado em lei.

54) Após atenta leitura das assertivas apresentadas, assinale a resposta que estiver de acordo com as opções abaixo, observando o que consta dos Enunciados da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho:

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se nenhuma das afirmativas for verdadeira.

I – A extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses (art. 147 da Consolidação das Leis do Trabalho), salvo quando o empregado é dispensado por justa causa. Nesse sentido, também o empregado que se demite antes de completar 12 (doze) meses de serviço tem direito às férias proporcionais.

II – O art. 479 da Consolidação das Leis do Trabalho aplica-se ao trabalhador optante pelo regime do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS, admitido mediante contrato por prazo determinado, nos termos do art. 30, parágrafo 3º. do Decreto n. 59.820, de 20.12.1966.

III – Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho por culpa recíproca, é devido ao empregado 50% do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.

IV – A cessação da atividade da empresa, com pagamento da indenização, simples ou em dobro, não exclui, por si só, o direito do empregado ao aviso prévio.

V – Quando há ocorrência de justa causa no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, o empregado perde qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória, exceto na hipótese de abandono de emprego.

55) Tomando-se em conta as normas constantes na Consolidação das Leis do Trabalho, observando, ainda, o que consta dos Enunciados da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho, não se pode afirmar que:

- a) É possível a estipulação de pagamento de salário por período superior a um mês no que diz respeito a comissões, percentagens e gratificações.
- b) Não se consideram salário as utilidades concedidas pelo empregador, consistentes em educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático, bem como assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.
- c) O empregador não pode efetuar descontos nos salários dos empregados, em face da intangibilidade salarial, o que, entretanto, é sempre permitido quando o empregado causar danos ao empregador, bem como quando o desconto resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de convenção coletiva.
- d) A despeito do que dispõe o art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, no sentido de que as gorjetas recebidas pelo empregado compreendem-se na sua remuneração, para todos os efeitos legais, a jurisprudência dominante evoluiu no sentido de que as gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou espontaneamente oferecidas pelos clientes integram a remuneração do empregado, não se inserindo, entretanto, na base de cálculo do aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.
- e) Trabalho de igual valor, para fins de equiparação salarial, é aquele feito com igual produtividade e perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não seja superior a dois anos, sendo certo ainda que o trabalho há de ser prestado ao mesmo empregador e na mesma localidade.

56) A respeito das Comissões de Conciliação Prévia, é correto afirmar que:

- a) A Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa terá metade de seus membros indicada pelo empregador e a outra metade eleita pelos empregados, sendo o mandato de um ano, permitida uma recondução, sem qualquer ingerência sindical na eleição.
- b) Não é obrigatória a instituição de Comissão de Conciliação Prévia, mas, uma vez instituída, qualquer demanda de natureza trabalhista será a ela submetida. Quando houver, na mesma localidade e para a mesma categoria, comissão de empresa e comissão sindical, terá prioridade para conhecer da questão a comissão sindical, tendo em vista a isenção maior de que é dotada, considerando-se que há tendência natural de a comissão da empresa velar mais pelos interesses dela.
- c) O prazo prescricional será suspenso a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia, começando a fluir pelo que lhe resta, a partir da tentativa frustrada de conciliação, pouco importando o esgotamento ou não do prazo de dez dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação, contados da provocação do interessado.
- d) Aceita a conciliação, será lavrado o termo respectivo, que constitui título executivo extrajudicial, com eficácia liberatória restrita às parcelas objeto de negociação perante a Comissão de Conciliação Prévia.
- e) Quanto à Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa, nos termos do art. 625-B da Consolidação das Leis do Trabalho, apenas os representantes dos empregados e seus suplentes têm estabilidade provisória no emprego, sendo ela assegurada durante o mandato, que é de um ano, permitida uma recondução, estendendo-se até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave nos termos da lei.

57) O art. 170 da Constituição Federal vigente cuida da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, com o objetivo de assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados alguns princípios, dentre os quais podemos citar, exceto:

- a) Princípio da livre concorrência, assim entendido aquele que não se compactua com o abuso do poder econômico.
- b) Princípio de defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
- c) Princípio da defesa do consumidor, assim entendido aquele que ampara a parte mais fraca das relações de consumo, no sentido de que a livre prática do exercício da atividade empresarial não compreende anular direitos de pessoas físicas ou jurídicas.
- d) Princípio do tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte, assim entendido aquele que ampara empresa brasileira cujo controle de capital pertença a brasileiros, devendo ser sediada no território nacional.
- e) Princípio da redução das desigualdades regionais e sociais, assim entendido aquele que é tratado como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 3º, inciso III, da Constituição Federal).

58) Após atenta leitura das assertivas apresentadas, assinale a resposta que estiver de acordo com as opções abaixo:

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se nenhuma das afirmativas for verdadeira.

I – A proibição de acumulação de empregos e funções públicas abrange autarquias, fundações e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, mas não as empresas públicas e sociedades de economia mista, que se sujeitam ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto a direitos e obrigações trabalhistas, nos termos do art. 173 da Constituição da República.

II – Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência orientam a prática de atos pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do “caput” do art. 37 da Constituição da República.

III – O inciso XIII do art. 37 da Constituição da República dispõe que é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

IV – Atos de improbidade administrativa implicam suspensão de direitos políticos, perda da função pública, bem como ação penal cabível, mas não a indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, em face do que dispõe o parágrafo 6º do art. 37 da Constituição da República.

V – É possível a percepção simultânea de proventos de aposentadoria, decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição da República com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive nas hipóteses de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, de cargos eletivos, bem como cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

234
/R

59) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta, observando o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho:

I – O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário até 3 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica.

II – Nos contratos por prazo determinado o tempo de afastamento será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação, salvo se acordarem de forma diversa as partes interessadas.

III – Em caso de motivo relevante de interesse para a segurança nacional, poderá a autoridade competente solicitar o afastamento do empregado do serviço ou do local de trabalho, sem que se configure a suspensão do contrato de trabalho, fazendo jus o empregado à remuneração durante os primeiros 90 dias de afastamento.

IV – A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional, constitui justa causa para dispensa de empregado.

V – Ato lesivo da honra e boa fama ou ofensas físicas praticadas por empregado contra o empregador e superiores hierárquicos, independentemente do local, constitui justa causa, salvo quando o trabalhador agir em legítima defesa sua ou de terceiro.

- a) A proposição I é falsa e as demais são verdadeiras.
- b) A proposição II é falsa e as demais são verdadeiras.
- c) A proposição III é falsa e as demais são verdadeiras.
- d) Todas as proposições são falsas.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

60) No que diz respeito ao controle da constitucionalidade das leis é correto afirmar que são matérias alheias ao controle de constitucionalidade concentrado, exceto:

- a) Deliberações dos Tribunais Regionais do Trabalho judiciários.
- b) Atos normativos estrangeiros.
- c) Ato Normativo já revogado.
- d) Convenções Coletivas de Trabalho.
- e) Atos estatais de efeitos concretos.

61) Analise as proposições abaixo e assinale:

- a) Se as alternativas I, II e V forem verdadeiras.
- b) Se todas as alternativas forem verdadeiras.
- c) Se as alternativas II e III forem verdadeiras e as alternativas I, IV e V forem incorretas.
- d) Se as alternativas I, III e V forem verdadeiras e as alternativas II e IV forem incorretas.
- e) Se todas as alternativas forem incorretas.

I - O Poder Executivo, além de administrar (função típica) também legisla e julga, exercendo, assim tarefas atípicas. Suas atribuições são amplas, assemelhando-se, nesse aspecto, aos demais Poderes da República.

II - Admitida por dois terços do Congresso Nacional a acusação contra o Presidente da República, nos casos de crimes de responsabilidade previstos no art. 85 e seus incisos, da Constituição Federal, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.

III - As Medidas Provisórias são atos excepcionais, efêmeros, precários e condicionados, sendo vedada sua edição sobre algumas matérias, como por exemplo, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral, direito penal, processual penal, processual civil, planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.

IV - Não compete à União: elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão e instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

V - Compete à União, privativamente, entre outros, legislar sobre: sistemas de consórcios e sorteios; propaganda comercial; organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões; trânsito e transporte; política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores e, ainda, sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.

62) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta, observando, inclusive, o que consta dos Enunciados da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho.

I – É vedada a dispensa do empregado sindicalizado, a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato. Neste sentido, a Constituição veda a sua dispensa, salvo quando fundada em motivo disciplinar, técnico, econômico e financeiro.

II – O art. 10, II, “a”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa “do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato”. Ao não fazer menção ao suplente, diversamente do que ocorreu na norma constitucional atinente ao dirigente de Sindicato, verifica-se o silêncio eloqüente da Constituição, o que levou a jurisprudência dominante a se posicionar no sentido de que o empregado eleito como suplente para cargo de direção de CIPA não está amparado pela estabilidade provisória.

III – A estabilidade provisória conferida ao empregado acidentado no trabalho, se estende pelo prazo de 12 meses, após a cessação do auxílio-doença acidentário, ou seja, é necessário o afastamento do trabalho por prazo superior a 15 dias, com efetiva percepção de auxílio-acidente.

IV – Empregados de empresas eleitos diretores de sociedades cooperativas por eles criadas gozam das garantias asseguradas aos dirigentes Sindicais pelo art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.

V – A empregada gestante goza de estabilidade no emprego desde a confirmação da gravidez e até cinco meses após o término da licença-maternidade, quando retorna ao trabalho.

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se apenas quatro afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se nenhuma das afirmativas for verdadeira.

63) Considerando o contido no Código de Processo Civil, analise as proposições abaixo e assinale:

- a) Se as afirmativas estiverem todas corretas.
- b) Se as afirmativas I, II e V estiverem corretas e as afirmativas III e IV estiverem incorretas.
- c) Se todas as afirmativas estiverem incorretas.
- d) Se as afirmativas I, III e IV estiverem incorretas e as afirmativas II e V estiverem corretas.
- e) Se apenas as alternativas III, IV e V estiverem incorretas.

I - É lícito ao juiz conceder liminarmente ou após justificação prévia a medida cautelar, sem ouvir o réu, quando verificar que este, sendo citado, poderá torná-la ineficaz, caso em que poderá determinar que o requerente preste caução real ou fidejussória de ressarcir os danos que o requerido possa vir a sofrer.

II - Cessa a eficácia da medida cautelar se a parte não intentar a ação no prazo de 30 (trinta) dias, se não for executada dentro de 30 (trinta) dias e se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito, sendo defeso à parte repetir o pedido, salvo por novo fundamento.

III - Cessa o arresto pelo pagamento, pela penhora, pela novação e pela transação.

IV – Incumbe ao juiz nomear o depositário dos bens seqüestrados, não podendo, porém, a escolha recair em pessoa indicada pelas partes, mas, sim, sobre aquele que ofereça maiores garantias e preste caução idônea.

V - O juiz, a requerimento da parte, pode decretar o seqüestro de bens móveis, semoventes ou imóveis, quando lhes for disputada a propriedade ou a posse, havendo fundado receio de rixas ou danificações; dos frutos e rendimentos do imóvel reivindicando, se o réu, depois de condenado por sentença ainda sujeita a recurso, os dissipar; dos bens do casal, nas ações de desquite e de anulação de casamento, se o cônjuge os estiver dilapidando e nos demais casos expressos em lei.

64) No processo do trabalho, em face dos Enunciados de Súmula do Tribunal Superior do Trabalho e da legislação vigente:

I - Inexiste o recurso de Embargos Infringentes.

II - Poderá o Juiz Presidente do Tribunal Regional conceder efeito suspensivo ao recurso ordinário interposto contra sentença normativa, na hipótese em que a decisão contrariar Precedente Normativo do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

III - O efeito do recurso de revista é apenas devolutivo, salvo quando admitido por violação direta a texto da Constituição da República, hipótese em que cabe o efeito suspensivo, restrito a esta parte.

IV - O depósito recursal tem que ser prévio, isto é, tem que ser feito e comprovado juntamente com o recurso, ainda que este seja interposto antes do prazo final.

V - As custas processuais, quando exigíveis, para interposição do recurso de revista, podem ser recolhidas no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de interposição do recurso.

Leia as afirmativas acima e assinale:

- a) Se apenas os itens I e III estão incorretos.
- b) Se os itens II, IV e V estão corretos.
- c) Se os itens IV e III estão incorretos.
- d) Se apenas o item I e V estão corretos.
- e) Se todos os itens estão incorretos.

65) Assinale a afirmativa incorreta:

- a) No que concerne aos tipos de Constituição, pode-se afirmar que a Constituição Federal de 1.988 é uma Constituição rígida, uma vez que atrai exigência formal indispensável para mudança, consistindo em um processo dificultoso e demorado, sem a facilidade e a rapidez de elaboração das leis comuns.
- b) Dentre os vários conceitos, pode-se afirmar que o Poder Constituinte consiste na faculdade que todo povo possui de fixar as linhas mestras e fundamentais sob as quais deseja viver. No Brasil, a primeira Assembléia reunida foi a Constituinte de 1.823, dissolvida pelo Imperador D. Pedro I. Durante a República, tivemos quatro Constituições votadas por Assembléias Constituintes: a Constituição de 1.891, a Constituição de 1.934, a Constituição de 1.946 e a atual Constituição de 1988.
- c) As Emendas à Constituição são espécies do gênero reforma constitucional. Consignam atos infraconstitucionais, porque não ingressam no ordenamento jurídico, nem desempenham qualquer eficácia normativa com a sua simples previsão constitucional. Somente após aprovadas deixam de ser atos infraconstitucionais e alcançam o posto de normas constitucionais, de igual nível e hierarquia daquelas outras elaboradas pelo poder constituinte originário.
- d) A supremacia constitucional resulta do fato de que, ao transformar Direito e política em fenômenos de mútua implicação, a Constituição representa uma estrutura normativa superior a todas as demais no interior da ordem jurídica, que estrutura juridicamente o Estado por meio das funções pelas quais ele atua e estabelece solenemente os fundamentos para a realização dos direitos fundamentais.
- e) Do ângulo da sua aplicabilidade, pode-se afirmar que as normas constitucionais de eficácia plena ou normas de aplicação são aquelas que se assemelham às demais do ordenamento jurídico, incidindo imediatamente sobre o real, gerando direitos subjetivos para os seus beneficiários; as normas de eficácia limitada ou normas de integração completáveis são aquelas que apenas esboçam um propósito, daí também falar-se em normas programáticas; as normas de eficácia contida ou normas de integração de eficácia restringível, distinguem-se, de pronto, das duas primeiras, porque não produzem efeitos amplos.

236
/R

66) Após atenta leitura das assertivas apresentadas, assinale a resposta que estiver de acordo com as opções abaixo:

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se nenhuma das afirmativas for verdadeira.

I – Quando o empregado contar com assistência do Sindicato representativo de sua categoria em processo no qual é parte, referido sindicato responderá subsidiariamente pelo pagamento das custas devidas.

II – As custas devidas no processo de execução, ora estão a cargo do executado, ora do exequente, dependendo de quem deu causa injustificada à prática do ato, sendo pagas ao final, de conformidade com a tabela constante do art. 789-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

III – Nos dissídios individuais, as custas serão pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão. Na hipótese de recurso, as custas serão pagas e comprovado o recolhimento no prazo de cinco dias contados da interposição do recurso.

IV – Sempre que houver acordo, o pagamento das custas ficará a cargo do empregador/reclamado, salvo se de outra forma não convencionarem os litigantes.

V – Nos dissídios coletivos, as partes vencidas responderão, em partes iguais, pelo pagamento das custas, calculadas sobre o valor arbitrado na decisão, ou pelo Presidente do Tribunal.

67) A respeito do sistema recursal trabalhista, observando também o que consta dos Enunciados da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que:

- a) O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 (oito) dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, desde que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- b) Nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário será imediatamente distribuído no Tribunal, devendo o relator liberá-lo para o revisor no prazo máximo de 10 dias. O acórdão consistirá unicamente na certidão de julgamento, com a indicação suficiente do processo e parte dispositiva e das razões de decidir do voto preponderante, salvo quando a decisão recorrida for confirmada pelos próprios fundamentos, em que a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, servirá de acórdão.
- c) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de lei federal ou de norma da Constituição da República.
- d) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, só será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República.
- e) Das decisões proferidas em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público, ou, em qualquer caso, das proferidas em revisão, poderá recorrer, além dos interessados, a Procuradoria da Justiça do Trabalho, mas não o presidente do Tribunal, em cujas atribuições não se insere a de recorrer de decisões proferidas pela Seção de Dissídios Coletivos, em qualquer hipótese.

68) Em relação ao título de crédito denominado duplicata, pode-se dizer que:

- I - A duplicata é um título de crédito, genuinamente brasileiro, com características próprias, podendo ser considerado fruto do “jeitinho brasileiro”.
- II - Uma só duplicata não pode corresponder a mais de uma fatura.
- III - Quando a mercadoria for vendida por conta do consignatário, este é obrigado, na ocasião de expedir a fatura e a duplicata, a comunicar a venda ao consignante.
- IV - No pagamento da duplicata poderão ser deduzidos quaisquer créditos a favor do devedor, resultantes de devolução de mercadorias, diferenças de preço, enganos verificados, pagamentos por conta e outros motivos assemelhados, desde que devidamente autorizados.
- V - Substitui a letra de câmbio e a nota promissória como documento que representa o crédito pelo fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços, podendo ser classificada como título cambiariforme.

Em face das afirmativas acima, assinale a alternativa correta:

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Só as alternativas II e III estão erradas.
- c) Só as alternativas IV e V estão corretas.
- d) Só a alternativa I está correta.
- e) As alternativas I e V estão erradas.

69) Após atenta análise das proposições abaixo, todas elas concernentes à prova no processo do trabalho, observando também o que consta dos Enunciados da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho, indique aquela incorreta.

- a) Apesar do que consta do art. 818 da Consolidação das Leis do Trabalho, no sentido de que a prova das alegações incumbe à parte que as fizer, a jurisprudência dominante, aplicando subsidiariamente ao processo do trabalho normas do Código de Processo Civil, entende que a prova dos fatos constitutivos incumbe ao reclamante e a dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos ao reclamado, excetuando-se as hipóteses em que são estabelecidas presunções, quando há inversão do ônus da prova.
- b) A confissão extrajudicial, feita por escrito à parte ou a quem a represente tem a mesma eficácia probatória da judicial, o mesmo ocorrendo com a confissão feita por escrito a terceiro ou contida em testamento.
- c) Cabe ao juiz indeferir diligências probatórias requeridas pelas partes, que se apresentem inúteis ou meramente protelatórias, inclusive perícias, sempre que a prova do fato não depender do conhecimento especial de técnico, for desnecessária em vista de outras provas produzidas, ou quando a verificação for impraticável.
- d) Todas as pessoas podem depor como testemunhas, excetuando-se os incapazes, impedidos ou suspeitos. Neste aspecto, o menor, com idade entre 16 e 18 anos pode prestar depoimento como testemunha perante a Justiça do Trabalho, sem qualquer restrição.
- e) Quando o empregador nega o trabalho e o despedimento, é dele o ônus de provar o término do contrato de trabalho, já que a continuidade da relação de emprego é presunção que favorece o empregado.

251
AC

70) Analise as proposições abaixo:

I - O conceito moderno do que seja poder de polícia, adotado no direito brasileiro, indica no sentido de que é a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.

II - O poder de polícia tanto pode ser discricionário, como vinculado. No primeiro caso, a lei consente que a Administração aprecie a situação concreta e decida; no segundo, a lei prevê os requisitos diante dos quais a Administração é obrigada a agir.

III - No exercício do poder de polícia, pelo atributo da exigibilidade, a Administração pode se valer de meios diretos de coação, como por exemplo, a aplicação de multa.

IV - No exercício do poder de polícia, a coercibilidade é indissociável da auto-executoriedade.

V - Sendo ato administrativo, o poder de polícia é discricionário, e, portanto, sem limites no seu exercício.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas as alternativas I, II e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas as alternativas I, II e V estiverem corretas.
- d) Se apenas as alternativas III, IV e V estiverem corretas.
- e) Se apenas as alternativas II, III e IV estiverem corretas.

71) Em relação à Constituição da República Federal, assinale a alternativa correta:

I - As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas, sendo as disciplinares, em sessão secreta, tomadas pelo voto da maioria simples de seus membros.

II - Após a Emenda Constitucional nº 19, os Juízes gozam da garantia de vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após 3 (três) anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado.

III - Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República e os Presidentes dos Partidos Políticos com representação no Congresso Nacional.

IV - Podem propor a ação de inconstitucionalidade, as centrais sindicais, as confederações sindicais ou outras entidades de classe de âmbito nacional.

V - Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em 48 (quarenta e oito) horas.

- a) Somente a alternativa II está errada.
- b) As alternativas I e IV estão corretas.
- c) As alternativas II e V estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão erradas.
- e) Somente a alternativa III está errada.

72) Assinale:

- a) Se todas as alternativas estiverem corretas.
- b) Se todas as alternativas estiverem incorretas.
- c) Se apenas as alternativas IV e V estiverem incorretas.
- d) Se apenas as alternativas I, II e IV estiverem corretas.
- e) Se apenas a alternativa II estiver incorreta.

I - No silêncio do legislador sobre o início da vigência da lei em território brasileiro, a mesma começa a vigorar quarenta e cinco dias após a sua publicação e em território estrangeiro, quando admitida, se inicia (três) meses depois de oficialmente publicada, assim nada impedindo dilação ou antecipação desse prazo, o que deverá ser expresso.

II - A repristinação significa a restauração automática de uma lei revogada, em face da revogação da nova lei que a substituiu. No direito brasileiro não é admitida a repristinação tácita, porque atenta contra os princípios da segurança e estabilidade das relações sociais e a lei repristinada terá a natureza jurídica de nova lei, de reedição de uma lei anteriormente revogada, sendo que a obrigatoriedade e validade de comando nela inserido só terá início a partir da repristinação.

III - Não se destinando a vigência temporária, a nova lei terá vigência até que outra a modifique ou revogue, e ela, por sua vez, revoga todas as disposições antigas que regulavam de forma diferente a mesma matéria, podendo fazê-lo de forma expressa ou mesmo tácita.

IV - Pelo princípio da ultratividade das normas coletivas, os direitos concedidos em norma coletiva, porque de vigência temporária, retratam uma possibilidade de concessão segundo certas circunstâncias, que assim ficam distanciadas das peculiaridades do relacionamento individual entre empregado e empregador. A terminação de uma norma coletiva de vigência temporária não importa em alteração *in pejus*, pois sendo a negociação coletiva obrigatória, o período da *vacatio legis* até a vigência das novas diretrizes por meio de outra norma, faz incidir o direito concedido pela norma finda até a edição de outra.

V - As leis de vigência temporária fazem cessar, atual e futuramente, os direitos por ela concedidos, se estabelecidos em caráter provisório, sem a possibilidade de invocar-se o art. 468, da CLT.

238
AC

73) Após atenta análise das proposições abaixo, todas elas concernentes à execução trabalhista, observando também o que consta dos Enunciados da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho, indique aquela correta.

- a) Poderão ser objeto de execução perante a Justiça do Trabalho exclusivamente as decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo, os acordos não cumpridos, bem como os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho.
- b) Uma vez intimadas as partes para apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária acaso incidente, e sendo elaborada a conta e tornada líquida, o juiz abrirá às mesmas prazo sucessivo de 10 dias para impugnação fundamentada com a indicação de itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- c) A matéria objeto de embargos à execução é restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição, como consta do parágrafo 1º. do art. 884 da Consolidação das Leis do Trabalho. A impugnação aos cálculos é vedada nessa fase processual, uma vez que a discussão acerca deles ocorreu anteriormente à realização da penhora.
- d) Nos termos do parágrafo 5º. do art. 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, o título judicial fundado em lei ou ato normativo, ainda que declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição da República, é exigível, em face do fenômeno da coisa julgada formal e material. As partes tiveram oportunidade para exercitar o direito recursal e correspondente pretensão de reforma da decisão ao longo do processo e a decisão transitou em julgado, sendo, assim, exigível.
- e) Aos trâmites e incidentes do processo da execução trabalhista são aplicáveis, naquilo em que não contrariarem as normas da Consolidação das Leis do Trabalho e leis específicas que a complementam atinentes à execução, os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais, para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal, sendo que, esgotada a consulta a tais preceitos e remanescendo omissão, será aplicado o direito processual civil, como fonte subsidiária, observado o disposto no art. 769 da Consolidação das Leis do Trabalho.

74) Com base na Lei 7.357, de 02 de setembro de 1985, que dispõe sobre o cheque, analise as questões abaixo e assinale:

- a) Se todas as alternativas estiverem corretas.
- b) Se todas as alternativas estiverem incorretas.
- c) Se apenas as alternativas I, II e IV estiverem corretas.
- d) Se as alternativas II e III estiverem corretas e as demais incorretas.
- e) Se as alternativas III, IV e V estiverem incorretas e as demais corretas.

I - O detentor de cheque "à ordem" é considerado portador legitimado, se provar seu direito por uma série ininterrupta de endossos, mesmo que o último seja em branco. Para esse efeito, os endossos cancelados são considerados não-escritos. Quando um endosso em branco for seguido de outro, entende-se que o signatário deste adquiriu o cheque pelo endosso em branco.

II - A morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão não invalidam os efeitos do cheque.

III - O pagamento se fará à medida em que forem apresentados os cheques e se 2 (dois) ou mais forem apresentados simultaneamente, sem que os fundos disponíveis bastem para o pagamento de todos, terão preferência os de emissão mais antiga e, se da mesma data, os de número inferior.

IV - O cheque em moeda estrangeira é pago, no prazo de apresentação, em moeda nacional ao câmbio do dia do pagamento, obedecida a legislação especial. Se o cheque não for pago no ato da apresentação, pode o portador optar entre o câmbio do dia da apresentação e o do dia do pagamento para efeito de conversão em moeda nacional.

V - O cheque com cruzamento geral só pode ser pago pelo sacado a banco ou a cliente do sacado, mediante crédito em conta. O cheque com cruzamento especial só pode ser pago pelo sacado ao banco indicado, ou, se este for o sacado, a cliente seu, mediante crédito em conta. Pode, entretanto, o banco designado incumbir outro da cobrança.

75) Acerca das proposições abaixo, todas elas concernentes à execução trabalhista, é correto afirmar que:

- a) Tanto os bens móveis quanto os bens imóveis podem ser alienados em praça pública, por quem oferecer maior lance, ainda que inferior à avaliação, mas desde que não seja considerado vil pelo juiz.
- b) Tal como no processo civil, sempre que a penhora recair sobre imóvel, a sua alienação em execução trabalhista só poderá ocorrer em praça, reservando-se os leilões para a alienação de bens móveis.
- c) A arrematação no processo trabalhista será anunciada por edital afixado na sede do Juízo ou Tribunal e publicado no jornal local, se houver, com a antecedência de 20 (vinte) dias, salvo quando os bens penhorados não excederem o valor correspondente a 20 vezes o maior salário mínimo, quando será dispensada a publicação dos editais, não podendo o preço da arrematação ser inferior ao da avaliação na hipótese.
- d) Não prevendo a Consolidação das Leis do Trabalho a possibilidade de remição da execução, não é ela cabível no processo trabalhista.
- e) A arrematação far-se-á em dia, hora e lugar anunciados e os bens serão vendidos pelo maior lance, que não poderá ser inferior ao da avaliação, tendo o exequente preferência para a adjudicação. Apenas em leilão, designado quando não houver licitantes na praça, é possível a alienação dos bens por preço inferior ao da avaliação.

76) Com relação à pré-executividade é incorreto afirmar:

- a) A pré-executividade, segundo sua elaboração doutrinária é o meio do qual pode se valer o devedor, em situações excepcionais, para expender alegações ou objeções eficazes, sem necessidade de garantir patrimonialmente o juízo.
- b) A exceção de pré-executividade, ou oposição pré-processual, só poderá ser apresentada de maneira formal, mesmo antes da citação do devedor para a execução e deverá fundar-se em prova documental.
- c) Se a exceção de pré-executividade possuir evidente intuito protelatório, configurará a oposição maliciosa à execução, da qual se ocupa o inciso II, do art. 600, do CPC, permitindo ao juiz aplicar multa ao devedor, não excedente a vinte por cento do valor atualizado da execução, que verterá em benefício do credor, sendo exigível nos mesmos autos.
- d) As matérias que deram conteúdo à exceção de pré-executividade não poderão ser repetidas nos embargos do devedor, neste caso, já garantido o juízo.
- e) O oferecimento de exceção de pré-executividade não suspende o prazo para a oposição de embargos do devedor, sendo inteiramente deste último o risco pelo uso da referida exceção.

239
K

77) Após atenta análise das proposições abaixo, todas elas concernentes à ação civil pública, indique a opção incorreta.

- a) É cabível a ação civil pública para a proteção de interesses difusos ou coletivos, desde que os beneficiários não possam ser individualmente identificados.
- b) Compete ao Ministério Público do Trabalho promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos.
- c) Em qualquer hipótese, a sentença proferida em ação civil pública fará coisa julgada “erga omnes”, nos limites da competência territorial do órgão prolator.
- d) Além do Ministério Público, poderão propor ação civil pública, e cautelar correspondente, a União, Estados, Municípios, autarquias, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista ou associações, estas desde que estejam constituídas há pelo menos 1 ano, nos termos da lei civil e incluam, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- e) Sempre que o Ministério Público não intervier no processo atinente a ação civil pública como parte, atuará obrigatoriamente como “custos legis”.

78) Nos termos do art. 103 da Constituição Federal vigente, podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, exceto:

- a) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- c) Os Conselhos Federais de representação dos profissionais liberais.
- d) A Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- e) O Governador do Estado ou do Distrito Federal.

79) Em relação aos títulos de crédito, assinale a afirmativa incorreta:

- a) Emitir *warrant*, em desacordo com disposição legal, constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, punível com pena de reclusão.
- b) *Warrant* é o título descritivo e representativo da mercadoria depositada.
- c) *Warrant* atua como instrumento às cauções que se fazem sobre o conhecimento ou sobre mercadorias.
- d) São títulos de créditos autônomos, dentre outros, a promissória, a letra de câmbio, *warrant*, e a cédula de crédito industrial.
- e) O Código Civil, numa feliz, oportuna e necessária unificação de normas, disciplinou todos os títulos de crédito.

80) Após a leitura das proposições abaixo, assinale a que estiver incorreta:

- a) Considera-se mãe social aquela que, dedicando-se à assistência do menor abandonado, exerça o encargo em nível social, dentro do sistema de casas-lares, formando, quando agrupadas, uma vila de menores, mantidas exclusivamente com rendas próprias, doações, legados, contribuições e subvenções de entidades públicas ou privadas.
- b) Compreende-se como menor aprendiz, o jovem maior de quatorze e menor de dezoito anos, sujeito a contrato especial, ajustado por escrito e por prazo indeterminado, obrigando-se o empregador a velar pela observância, nos seus estabelecimentos ou empresas, dos bons costumes e da decência pública, bem como das regras de segurança e medicina do trabalho, sendo que a validade do contrato de aprendizagem pressupõe, entre outros, a anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, sendo-lhe garantido, salvo condição mais favorável, o salário mínimo hora.
- c) O empregado doméstico que for dispensado sem justa causa fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo, por um período máximo de 3 (três) meses, de forma contínua ou alternada, desde que inscrito no regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e que tiver trabalhado como doméstico por um período mínimo de 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses contados da dispensa sem justa causa.
- d) As agências especializadas na indicação de empregados domésticos são civilmente responsáveis pelos atos ilícitos cometido por estes no desempenho de suas atividades, sendo que no ato da contratação, a agência firmará compromisso com o empregador, obrigando-se a reparar qualquer dano que venha a ser praticado pelo empregado contratado, no período de 1 (um) ano.
- e) Ao adolescente empregado, aprendiz, é vedado o trabalho: noturno, realizado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte; perigoso, insalubre ou penoso; realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, além do trabalho realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

81) Considerando as normas do Processo do Trabalho e com base na legislação vigente e jurisprudência majoritária do Tribunal Superior do Trabalho, é incorreto afirmar, exceto:

- a) No rito sumaríssimo só cabe recurso de revista por contrariedade a Enunciado ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República.
- b) Acórdão proferido pelo mesmo Tribunal Regional, desde que emanado de Turmas diferentes, é hábil para justificar divergência jurisprudencial, na interposição de recurso de revista.
- c) Para formação do instrumento de agravo, pode a própria parte, sob as penas da lei, declarar a autenticidade das cópias trasladadas.
- d) O recurso próprio, para atacar a decisão do Juiz Relator do Tribunal Regional que negar seguimento a recurso ordinário, é o agravo.
- e) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução provisória de sentença, não caberá Recurso de Revista, na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.

24
↑

82) Analise as proposições abaixo à luz do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, no Código de Processo Civil, e jurisprudência dominante no Tribunal Superior do Trabalho e assinale:

- a) Se todas as alternativas estiverem corretas.
- b) Se as alternativas II, III e IV estiverem corretas e as alternativas I e V estiverem incorretas.
- c) Se as alternativas I, II e IV estiverem corretas e as alternativas III e V estiverem incorretas.
- d) Se todas as alternativas estiverem incorretas.
- e) Se apenas as alternativas III, IV e V estiverem incorretas.

I - No que diz respeito às audiências na Justiça do Trabalho, a tolerância de 15 minutos no horário de início é concedida pela lei ao Juiz e não às partes.

II - A desistência da ação principal, ou sua extinção por qualquer motivo, não obsta ao prosseguimento da reconvenção, que será julgada na mesma sentença.

III - A reclamação trabalhista arquivada interrompe a prescrição relativamente ao contrato de trabalho, independentemente dos pedidos formulados.

IV - Se o juiz houver praticado algum ato que tenha sido consentido pelas partes, não mais poderá ser alegada a exceção de suspeição, salvo sobrevindo novo motivo.

V - Extingue-se o processo com julgamento do mérito: quando o juiz acolhe ou rejeita o pedido do autor; quando o réu reconhecer a procedência do pedido; quando o juiz acolher a alegação de preempção; quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.

83) Acerca da correição parcial, não é correto afirmar que:

- a) A possibilidade de se modificar determinado despacho ou decisão judicial por via de correição implica no não cabimento do mandado de segurança.
- b) Compete à Corregedoria, por intermédio do Corregedor, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, exercer as funções de inspeção e correição permanentes com relação aos Juízos de primeira instância e serviços judiciários.
- c) No âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, o corregedor é eleito, cabendo-lhe exercer funções de inspeção e correição permanente em relação aos Tribunais Regionais e seus Presidentes, bem como decidir reclamações contra os atos atentatórios da boa ordem processual praticados pelos Tribunais Regionais e seus presidentes, quando inexistir recurso específico.
- d) Compete à Corregedoria dos Tribunais Regionais do Trabalho, por intermédio do Corregedor, exercer as funções de inspeção e correição permanentes com relação aos Juízos de primeira e segunda instância e serviços judiciários.
- e) O recurso cabível contra as decisões proferidas pelo Corregedor, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, dentro da previsão contida no art. 709 da Consolidação das Leis do Trabalho é o agravo regimental, que será direcionado ao Tribunal Pleno.

84) Considerando o disposto no Código de Processo Civil, é incorreto afirmar:

- a) Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos. Quando não forem interpostos embargos infringentes, o prazo relativo à parte unânime da decisão terá como dia de início aquele em que transitar em julgado a decisão por maioria de votos.
- b) O recurso adesivo não será conhecido, se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.
- c) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- d) Na hipótese de o relator do recurso especial considerar que o recurso extraordinário é prejudicial àquele, em decisão irrecorrível sobrestará o seu julgamento e remeterá os autos ao Supremo Tribunal Federal, para o julgamento do recurso extraordinário.
- e) Não é embargável a decisão da turma que, em recurso extraordinário ou especial, divergir do julgamento de outra turma.

85) Em relação ao regime da previdência social, pode-se dizer que:

I - O desconto de contribuição e de consignação legalmente autorizadas sempre se presume feito oportuna e regularmente pela empresa a isso obrigada, não lhe sendo lícito alegar omissão para se eximir do recolhimento, ficando diretamente responsável pela importância que deixou de receber ou arrecadou em desconformidade com a lei.

II - O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no Regime Geral de Previdência Social – RGPS - de antes da investidura.

III - Constitui receita da Seguridade Social a renda líquida dos concursos de prognósticos, excetuando-se os valores destinados ao Programa de Crédito Educativo.

IV - Equipara-se ao empregador rural pessoa física, o consórcio simplificado de produtores rurais, nos termos da legislação previdenciária.

V - Não integram o salário de contribuição as importâncias recebidas a título de férias indenizadas e respectivo adicional constitucional, inclusive o valor correspondente à dobra da remuneração de férias.

Analisando as afirmativas acima, indique a alternativa correta:

- a) Só a alternativa I é incorreta.
- b) Só as alternativas II e IV são corretas.
- c) Só as alternativas III e IV são corretas.
- d) Só a alternativa V é incorreta.
- e) Todas as alternativas são corretas.

24
AC

86) No que diz respeito às jornadas especiais de trabalho é incorreto afirmar:

- a) Os serviços de quarto nas máquinas, passadiço, vigilância e outros que, consoante parecer médico, possam prejudicar a saúde do tripulante das embarcações da Marinha Mercante Nacional, de navegação fluvial e lacustre, serão executados por períodos não maiores e com intervalos não menores de cinco horas.
- b) Nas empresas que explorem o serviço de telegrafia submarina ou subfluvial, de radiotelegrafia ou de radiotelefonia, fica estabelecida para os respectivos operadores a duração máxima de seis horas contínuas de trabalho por dia ou trinta e seis horas semanais.
- c) O regime especial de 6 (seis) horas de trabalho se aplica aos empregados de portaria, e de limpeza, tais como porteiros, telefonistas de mesa, contínuos e serventes, empregados em bancos e casas bancárias.
- d) A duração da jornada diária do trabalho dos músicos não poderá ser superior a cinco horas, salvo casos excepcionais, sendo que o intervalo entre as apresentações é computado como tempo de serviço efetivo.
- e) Para os empregados que trabalham no interior das câmaras frigoríficas e para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio, e vice-versa, depois de uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo será assegurado um período de vinte minutos de repouso, computado esse intervalo como de trabalho efetivo.

87) No que diz respeito à ação rescisória no processo trabalhista, levando-se em conta os Enunciados da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho, pode-se afirmar que:

- a) A Resolução Administrativa do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, n. 121, de 28.10.02, cancelou o enunciado 144, que continha o seguinte teor: "É cabível a ação rescisória no âmbito da Justiça do Trabalho.". Tal significa que o Tribunal Superior do Trabalho, entende não ser mais cabível a ação rescisória no âmbito do processo trabalhista.
- b) Em princípio, se não for conhecido o recurso de revista ou de embargos, a competência para julgar ação rescisória que vise desconstituir o mérito é do Tribunal Regional do Trabalho, salvo quando o acórdão rescindendo do Tribunal Superior do Trabalho que não conheceu do recurso de revista ou de embargos, analisando argüição de violação de dispositivo de lei material ou decidindo em consonância com enunciado de direito material ou com iterativa, notória e atual jurisprudência de direito material da Seção de Dissídios Individuais, examina o mérito da causa, cabendo ação rescisória da competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- c) As ações rescisórias ajuizadas na Justiça do Trabalho serão admitidas, instruídas e julgadas conforme os arts. 485 a 495 do Código de Processo Civil de 1973, sendo necessário o depósito prévio a que aludem os arts. 488, II e 494 do referido código.
- d) É indispensável ao processamento da ação rescisória a prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda, sob pena de indeferimento liminar da petição inicial.
- e) Para a verificação de ocorrência de violação literal de lei, para fins de manejo de ação rescisória, é desnecessário, em qualquer caso, pronunciamento explícito na sentença rescindenda sobre a matéria veiculada.

88) Considerando o estabelecido no Código Civil, assinale a afirmativa incorreta:

A prescrição ocorre em 3 (três) anos quanto:

- a) A pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- b) A pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de 1 (um) ano, com capitalização ou sem ela.
- c) A pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.
- d) A pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.
- e) A pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.

89) Considerando o disposto no Código Civil, analise as seguintes proposições:

I - O privilégio especial só compreende os bens sujeitos, por expressa disposição de lei, ao pagamento do crédito que ele favorece; e o geral, todos os bens não sujeitos a crédito real nem a privilégio especial.

II - Tem privilégio especial sobre a coisa arrecadada e liquidada, o credor de custas e despesas judiciais feitas com a arrecadação e liquidação da massa.

III - Goza de privilégio geral, na ordem seguinte, sobre os bens do devedor, nos termos do art. 965 do Código Civil, o crédito por despesa de seu funeral, feito segundo a condição do morto e o costume do lugar; o crédito por despesas com o luto do cônjuge sobrevivente e dos filhos do devedor falecido, se foram moderadas; o crédito por despesas com a doença de que faleceu o devedor, no semestre anterior à sua morte; o crédito pelos gastos necessários à manutenção do devedor falecido e sua família, no trimestre anterior ao falecimento; o crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente e no anterior; o crédito pelos salários dos empregados do serviço doméstico do devedor, nos seus derradeiros seis meses de vida; os demais créditos de privilégio geral.

IV - Os credores hipotecários ou privilegiados conservam seus respectivos direitos sobre o preço do seguro da coisa gravada com hipoteca ou privilégio, ou sobre a indenização devida, havendo responsável pela perda ou danificação da coisa e sobre o valor da indenização, se a coisa obrigada a hipoteca ou privilégio for desapropriada.

V - A discussão entre os credores pode versar quer sobre a preferência entre eles disputada, quer sobre a nulidade, simulação, fraude, ou falsidade das dívidas e contratos.

Assinale:

- a) Se apenas as proposições II, III e V estão corretas.
- b) Se apenas as proposições I, II e III estão corretas.
- c) Se apenas as proposições I, IV e V estão corretas.
- d) Se todas as proposições estão corretas.
- e) Se apenas as proposições III, IV e V estão corretas.

242
AC

90) Tendo por base as normas constantes da Consolidação das Leis do Trabalho, estão corretas as afirmativas abaixo, relativas à contribuição sindical, exceto:

- a) A contribuição sindical é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão.
- b) Inexistindo confederação, o percentual que lhe é destinado na contribuição sindical caberá à Central Sindical a que estiver filiada a federação representativa do grupo.
- c) Quando o salário for pago em utilidades, ou nos casos em que o empregado receba, habitualmente, gorjetas, a contribuição sindical corresponderá a 1/30 (um trinta avos) da importância que tiver servido de base, no mês de janeiro, para a contribuição do empregado à Previdência Social.
- d) No ato da admissão de qualquer empregado, dele exigirá o empregador a apresentação da prova de quitação da contribuição sindical.
- e) Às entidades sindicais cabe, em caso de falta de pagamento da contribuição sindical, promover a respectiva cobrança judicial, mediante ação executiva, valendo como título de dívida a certidão expedida pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho.

91) No que diz respeito aos tratados internacionais e sua vigência e aplicação no Brasil, analise as proposições abaixo e assinale:

- a) Se todas as afirmativas estiverem incorretas.
- b) Se as alternativas I, III e V estiverem corretas e as alternativas II e IV estiverem incorretas.
- c) Se as alternativas II, III, IV e V estiverem corretas e a alternativa I estiver incorreta.
- d) Se todas as alternativas estiverem corretas.
- e) Se apenas a alternativa V estiver correta.

I - No sistema jurídico brasileiro, os tratados ou convenções internacionais estão hierarquicamente subordinados à autoridade normativa da Constituição Federal. Em consequência, nenhum valor jurídico terão os tratados internacionais, que, incorporados ao sistema de direito positivo interno, transgredirem, formal ou materialmente, o texto da Carta Política.

II - O primado da Constituição Federal, no sistema jurídico brasileiro, é oponível ao princípio *pacta sunt servanda*, inexistindo, por isso mesmo, no direito positivo nacional, o problema da concorrência entre tratados internacionais e a Lei Fundamental da República, cuja suprema autoridade normativa deverá sempre prevalecer sobre os atos de direito internacional público.

III - O Poder Judiciário – fundado na supremacia da Constituição da República – dispõe de competência, para, quer em sede de fiscalização abstrata, quer no âmbito do controle difuso, efetuar o exame de constitucionalidade dos tratados ou convenções internacionais já incorporados ao sistema de direito positivo interno.

IV - Os tratados ou convenções internacionais, uma vez regularmente incorporados ao direito interno, situam-se, no sistema jurídico brasileiro, nos mesmos planos de validade, de eficácia e de autoridade em que se posicionam as leis ordinárias, havendo, em consequência, entre estas e os atos de direito internacional público, mera relação de paridade normativa.

V - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

92) Em relação à classificação dos bens, segundo o Código Civil Brasileiro, é correto afirmar que:

- a) São pertencas os bens que, constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- b) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertencas, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- c) Não podem ser objeto de negócio jurídico os frutos e produtos, ainda não separados do bem principal.
- d) Consideram-se benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem, mesmo sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
- e) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião, salvo a hipótese de posse mansa e pacífica decorrente do estado de necessidade do usucapiente.

93) Considerando o contido na Consolidação das Leis do Trabalho a respeito da cessação do contrato de emprego, analise as proposições abaixo e depois assinale:

- a) Se as alternativas I, II e III estiverem corretas e as alternativas IV e V estiverem incorretas.
- b) Se todas as alternativas estiverem incorretas.
- c) Se as alternativas III, IV e V estiverem incorretas e as alternativas I e II estiverem corretas.
- d) Se as alternativas I, II, III e IV estiverem corretas e a alternativa V estiver incorreta.
- e) Se todas as alternativas estiverem corretas.

I - Nos contratos que tenham tempo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado, será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato.

II - Havendo termo estipulado, o empregado não se poderá desligar do contrato, sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem, não podendo, a indenização exceder àquela a que teria direito o empregado em idênticas condições.

III - Aos contratos por prazo determinado, que contiverem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, aplicam-se, caso seja exercido tal direito por qualquer das partes, os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado.

IV - O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso.

V - O empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão, perde o direito ao restante do respectivo prazo.

94) São títulos de crédito impróprios, exceto:

- a) Os títulos de legitimação, representativos da prestação de um serviço ou pagamento de prêmio, como bilhetes de cinema, teatro, circo ou parque de diversões, tíquetes de desconto em restaurantes, passagens de ônibus ou avião e prêmios lotéricos.
- b) Os títulos representativos, referentes a mercadorias custodiadas, o *warrant*, o conhecimento de depósito e o conhecimento de frete.
- c) Os títulos que contêm a promessa de pagamento feita por uma pessoa em favor de outra, contida em título de crédito, dotado dos requisitos legais, não admitido o aceite.
- d) Os títulos de financiamento, como a cédula hipotecária e a cédula e nota de crédito comercial.
- e) Os títulos de investimento, como letras imobiliárias e certificados de depósitos bancários.

243
AC

95) Pelo disposto no Código Civil com relação aos títulos de crédito ao portador, pode-se fazer as seguintes afirmativas corretas, exceto:

- a) O possuidor de título ao portador tem direito à prestação nele indicada, mediante a sua simples apresentação ao devedor.
- b) As exceções, fundadas em relação do devedor com os portadores precedentes, somente poderão ser por ele opostas ao portador, se este, ao adquirir o título, tiver agido de boa-fé.
- c) O portador de título dilacerado, porém identificável, tem direito a obter do emitente a substituição do anterior, mediante a restituição do primeiro e o pagamento das despesas.
- d) O devedor só poderá opor ao portador exceção fundada em direito pessoal, ou em nulidade de sua obrigação.
- e) O proprietário, que perder ou extraviar título, ou for injustamente desapossado dele, poderá obter novo título em juízo, bem como impedir sejam pagos a outrem capital e rendimentos.

96) Analise as afirmativas abaixo:

I – É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

II- É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada, na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, bem como incidentes sobre a receita ou faturamento e o lucro. É vedada, ainda, a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, para débitos em montante superior ao fixado em lei ordinária.

III- A participação nos lucros ou resultados da empresa de que trata o art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal, na forma de lei específica, não substitui ou complementa a remuneração devida a qualquer empregado, nem constitui base de incidência de qualquer encargo previdenciário, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade, desde que o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a esse título não se realize em periodicidade inferior a um semestre.

IV- A Procuradoria-Geral Federal, órgão vinculado à Advocacia-Geral da União, exercerá, sem prejuízo das demais atribuições previstas na legislação, as atribuições de representação judicial e extrajudicial relativas à execução da dívida ativa do INSS atinente à competência tributária, referente às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212/91, bem como seu contencioso fiscal, nas Justiças Federal, do Trabalho e dos Estados.

V- O prazo decadencial de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício é de 05 (cinco) anos, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação, ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

Marque a resposta correta, relativamente às afirmações supra:

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Estão corretas as afirmações I, III e IV.
- c) Estão corretas as afirmações I, II e V.
- d) Estão corretas as afirmações I, II e IV.
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

97) Algumas distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho receberam tratamento expresso do legislador, que, visando a tal fim, vedou expressamente as condutas abaixo, exceto:

- a) Publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir.
- b) Exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego.
- c) Considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional.
- d) Impedir o acesso para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos em empresas privadas, ressalvada a adoção de critérios subjetivos, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez.
- e) Proceder o empregador ou preposto a revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias.

98) Considerando o contido no Código Penal Brasileiro, analise as proposições abaixo:

I - No caso de concurso de pessoas, a pena será ainda agravada em relação ao agente que: promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes; coage ou induz outrem à execução material do crime; instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não-punível em virtude de condição ou qualidade pessoal; executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa.

II - Constitui crime contra a liberdade de trabalho, constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça: a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias; a celebrar contrato de trabalho, ou a não fornecer a outrem ou não adquirir de outrem matéria-prima ou produto industrial ou agrícola; abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho, ou a participar de paralisação de atividade econômica.

III - Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, mesmo antes do trânsito em julgado da sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior, não prevalecendo a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação, não se considerando os crimes militares, próprios e políticos.

IV - São circunstâncias que sempre atenuam a pena, dentre outras: ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença; o desconhecimento da lei; ter o agente confessado, ainda que de forma provocada, perante a autoridade, a autoria do crime; ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou.

V - Caracteriza crime de apropriação indébita previdenciária os seguintes fatos, dentre outros: deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional; deixar de recolher contribuições devidas à previdência social que tenham integrado despesas contábeis ou custos relativos à venda de produtos ou à prestação de serviços.

Assinale:

- a) Se apenas as alternativas IV e V estiverem incorretas.
- b) Se todas as alternativas estiverem incorretas.
- c) Se as alternativas I e III estiverem corretas e as alternativas II, IV e V estiverem incorretas.
- d) Se todas as alternativas estiverem corretas.
- e) Se a alternativa I e V estiverem corretas e as alternativas II, III e IV estiverem incorretas.

244
RZ

99) Leia as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta, tendo como base para a análise a responsabilidade civil do Estado, tal como disciplinada pelo parágrafo 6º. do artigo 37 da Constituição da República.

I – As empresas públicas e sociedades de economia mista, como entidades integrantes da administração indireta do governo, estão sujeitas à mesma responsabilidade civil imposta às pessoas jurídicas de direito público.

II – O parágrafo 6º. do art. 37 da Constituição da República consagra a responsabilidade objetiva do Estado e a responsabilidade subjetiva do servidor público.

III – Tendo o agente causador do dano a qualidade de agente estatal, o Estado responderá pelo dano, ainda que, ao causar o dano, o agente não esteja no exercício de suas funções, em razão da responsabilidade objetiva imposta ao Estado pela Constituição.

IV – As pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviço público, só respondem por danos causados a terceiros por seus agentes, nessa qualidade, quando verificada a existência de dolo ou culpa destes.

V – A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, prestadora de serviço público, condenada a ressarcir dano causado a terceiro por seus agentes, nessa qualidade, não têm ação regressiva contra eles, salvo nos casos de dolo ou culpa.

- a) Se apenas uma afirmativa for verdadeira.
- b) Se apenas duas afirmativas forem verdadeiras.
- c) Se apenas três afirmativas forem verdadeiras.
- d) Se todas as afirmativas forem verdadeiras.
- e) Se todas as afirmativas forem falsas.

100) Havendo autorização expressa do art. 769 da Consolidação das Leis do Trabalho para, nos casos omissos, o direito processual comum ser fonte do direito processual do trabalho, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa incorreta:

- a) Na ação de consignação em pagamento, não oferecida a defesa e ocorrentes os efeitos da revelia, o juiz julgará procedente o pedido, declarando extinta a obrigação e condenando o réu ao pagamento da custas e honorários advocatícios, estes quando couberem.
- b) A ação de prestação de contas, nos termos previstos no art. 915 do Código de Processo Civil, assegurada àquele que pretender exigir a prestação de contas de outrem, não é cabível no processo do trabalho.
- c) Na ação monitória, admissível no processo do trabalho, o réu poderá oferecer embargos, que independem de prévia segurança do juízo, suspendendo a eficácia do mandado inicial. Se os embargos não forem opostos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo.
- d) No processo do trabalho, não se dará mandado de segurança quando se tratar de ato de que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independente de caução, de despacho ou decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais ou possa ser modificado por via de correção, bem como de ato disciplinar, salvo quando praticado por autoridade incompetente ou com inobservância de formalidade essencial.
- e) Em processo de mandado de segurança, em curso perante a Justiça do Trabalho, será decretada a preempção ou a caducidade da medida liminar *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo, deixar de promover, por mais de 3 dias, os atos e diligências que lhe cumprirem, ou abandonar a causa por mais de 20 dias.